



Revista  
**Educar Mais**

## Epistemologia da Arkhé e Políticas Afirmativas: Caminhos de Decolonização do Conhecimento

*Epistemology of the Arkhé and Affirmative Action Policies: Pathways to the Decolonization of Knowledge*

*Epistemología del Arkhé y Políticas de Acción Afirmativa: Caminos para la Decolonización del Conocimiento*

Vitória Vasconcellos da Luz<sup>1</sup> 

Sandra Dutra Piovesan<sup>2</sup> 

Franceli Brizolla<sup>3</sup> 

### RESUMO

Este artigo analisa as relações entre políticas de ações afirmativas e a epistemologia nagô apresentada em *Pensar Nagô*. Argumenta-se que tais políticas só podem ser plenamente compreendidas quando vistas para além de sua dimensão jurídico-institucional, sendo entendidas como práticas de justiça epistêmica que enfrentam o epistemicídio decorrente da colonialidade do saber. A epistemologia nagô — fundada na Arkhé, na corporeidade, na ética do caráter (iwa) e na centralidade da comunidade (egbé) — oferece um arcabouço teórico potente para reconfigurar o sentido das ações afirmativas no ensino superior, deslocando o foco da inclusão formal para a reconstrução ontológica e epistêmica de sujeitos historicamente violentados. Assim, políticas afirmativas são compreendidas como mecanismos de reparação cognitiva, ontológica e cultural, fundamentais para a democratização do conhecimento e para a emergência de epistemologias plurais no contexto universitário brasileiro.

**Palavras-chave:** Ações afirmativas; Epistemologia nagô; Decolonialidade; Justiça epistêmica; Ancestralidade.

### ABSTRACT

*This article analyzes the relationship between affirmative action policies and the Nagô epistemology presented in *Pensar Nagô*. It argues that such policies can only be fully understood when viewed beyond their legal-institutional dimension, as practices of epistemic justice that confront the epistemicide resulting from the coloniality of knowledge. Nagô epistemology — founded on the Arkhé, corporeality, the ethics of character (iwa), and the centrality of community (egbé) — offers a powerful theoretical framework for reframing the meaning of affirmative action in higher education, shifting the focus from formal inclusion to the ontological and epistemic reconstruction of subjects historically subjected to violence. Thus, affirmative action policies are understood as mechanisms of cognitive, ontological, and cultural reparation, essential for the democratization of knowledge and for the emergence of plural epistemologies in the Brazilian university context.*

**Keywords:** Affirmative action; Nagô epistemology; Decoloniality; Epistemic justice; Ancestry.

<sup>1</sup> Tecnóloga em Análise e Desenvolvimento de Sistemas, Mestra de Doutoranda em Ensino (PPGEnsino) da Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA), Bagé/RS – Brasil. E-mail: vitorialuz@unipampa.edu.br

<sup>2</sup> Graduação em Ciência da Computação, Mestra em Computação, Doutora em Informática na Educação e Professora da Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA), Bagé/RS – Brasil. E-mail: sandrapiovesan@unipampa.edu.br

<sup>3</sup> Licenciada em Educação Especial, Mestra e Doutora em Educação e Professora da Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA), Bage/RS – Brasil. E-mail: francelibrizolla@unipampa.edu.br

## RESUMEN

*Este artículo analiza las relaciones entre las políticas de acción afirmativa y la epistemología nagô presentada en Pensar Nagô. Se argumenta que dichas políticas solo pueden comprenderse plenamente cuando se consideran más allá de su dimensión jurídico-institucional, entendiéndolas como prácticas de justicia epistémica que enfrentan el epistemicidio derivado de la colonialidad del saber. La epistemología nagô — fundada en la Arkhé, la corporeidad, la ética del carácter (iwa) y la centralidad de la comunidad (egbé) — ofrece un marco teórico potente para reconfigurar el sentido de las acciones afirmativas en la educación superior, desplazando el foco de la inclusión formal hacia la reconstrucción ontológica y epistémica de sujetos históricamente violentados. Así, las políticas afirmativas se comprenden como mecanismos de reparación cognitiva, ontológica y cultural, fundamentales para la democratización del conocimiento y para la emergencia de epistemologías plurales en el contexto universitario brasileño.*

**Palabras clave:** Acción afirmativa; Epistemología nagô; Descolonialidad; Justicia epistémica; Ancestralidad.

## 1. INTRODUÇÃO

A consolidação das políticas de ações afirmativas no Brasil, sobretudo após a Lei 12.711/2012, marcou uma inflexão histórica no reconhecimento da desigualdade racial e da necessidade de mecanismos reparatórios no ensino superior. No entanto, grande parte dos debates sobre essas políticas permanece circunscrita a uma perspectiva jurídico-administrativa ou a uma dimensão socioeconômica, que embora relevantes, não esgotam o problema. As ações afirmativas são, também e sobretudo, disputas em torno da produção e da legitimidade do conhecimento, pois intervêm diretamente na produção, validação e circulação dos saberes dentro da universidade, espaço moldado historicamente por lógicas eurocentradas.

A Lei nº 12.711/2012 instituiu o sistema de cotas nas instituições federais de ensino, reservando metade das vagas para estudantes de escolas públicas, com critérios étnicos e socioeconômicos definidos em função da composição demográfica do território (Brasil, 2012). Em 2023, a Lei nº 14.723/2023 atualizou o regime de cotas da Lei nº 12.711/2012, incluindo beneficiários quilombolas, ajustando o critério de renda exigido e aprimorando mecanismos de ingresso concorrencial, consolidando uma política que deve ser monitorada e avaliada periodicamente (Brasil, 2023).

A partir da epistemologia nagô articulada no texto Pensar Nagô, proponho compreender as ações afirmativas como práticas de justiça epistêmica (Fricker, 2007; Carneiro, 2005) que enfrentam a colonialidade do saber (Quijano, 2005; Maldonado-Torres, 2007) e inauguram novas possibilidades de produção de conhecimento no Brasil. A epistemologia nagô — centrada na Arkhé, na cosmologia ancestral, na ética do caráter (iwa), na centralidade do corpo e na comunidade (egbé) — fornece ferramentas para repensar radicalmente a universidade e suas hierarquias epistêmicas.

Parto da hipótese de que ações afirmativas não se limitam a redistribuir oportunidades educacionais; elas instauram condições para uma transformação ontológica e epistêmica da própria instituição universitária. A presença negra na universidade tensiona paradigmas historicamente consolidados e amplia os debates sobre legitimidade epistemológica no ensino superior.

## 2. UNIVERSIDADE, RAÇA E COLONIALIDADE DO SABER

### 2.1 A universidade como instituição colonial

A universidade moderna consolidou-se historicamente a partir de referenciais europeus, masculinos e racialmente excludentes (Grosfoguel, 2016). No Brasil, esse caráter foi aprofundado pelo escravismo e pela ausência histórica de políticas educacionais para a população negra, produzindo um espaço de conhecimento estruturado pela exclusão.

Segundo Quijano (2005), a colonialidade do saber opera como uma matriz de poder que hierarquiza epistemologias e estabelece como universais os modelos de conhecimento produzidos pela racionalidade europeia moderna. Nesse processo, saberes africanos, indígenas e afro-diaspóricos são historicamente inferiorizados, marginalizados ou excluídos dos espaços legítimos de produção científica. Tal dinâmica constitui o que Sueli Carneiro (2005) denomina epistemicídio: a destruição sistemática de tradições de pensamento por meio do apagamento de suas historicidades, da negação de sua legitimidade epistemológica e da imposição de paradigmas eurocentrados como única forma válida de racionalidade. Como consequência, epistemologias não ocidentais passam a ocupar posições subalternizadas no interior da universidade, frequentemente reduzidas à condição de conhecimentos "tradicionais", "culturais" ou "não científicos". A colonialidade do saber produz, assim, uma estrutura epistêmica que naturaliza a centralidade do pensamento europeu e dificulta o reconhecimento da pluralidade de formas de existência, memória e produção do conhecimento.

A epistemologia nagô apresentada em Pensar Nagô se insere exatamente no campo dos saberes subalternizados pelo epistemicídio colonial (Sodré, 2017). Além disso, é importante reconhecer que a colonialidade do saber não se manifesta apenas na seleção dos conhecimentos legitimados pela universidade, mas também nas estruturas institucionais que regulam quem pode falar, quem pode ser ouvido e quais metodologias são consideradas científicas. Como argumenta Mbembe (2018), o projeto colonial produziu uma arquitetura cognitiva que associa racionalidade, neutralidade e universalidade aos referenciais associados à racionalidade branca europeia, naturalizando posições de poder que se perpetuam até hoje nas formas de avaliação, nos critérios de excelência acadêmica e nos processos de contratação docente.

Essa lógica faz com que epistemologias negras, indígenas, quilombolas e afro-diaspóricas não sejam apenas desconsideradas: elas são sistematicamente classificadas como "locais", "identitárias", "subjetivas" ou "não rigorosas", categorias que operam como dispositivos coloniais de inferiorização. Assim, o campo científico se torna um espaço de disputas profundas, em que a branquitude opera como sujeito epistêmico normativo, enquanto todas as outras existências são posicionadas como exceções que precisam justificar constantemente sua presença e seus métodos.

Essa estrutura epistêmica produz efeitos que ultrapassam o problema do acesso institucional e atingem diretamente os critérios de legitimidade científica. As hierarquias produzidas pela colonialidade do saber definem quais métodos, linguagens e formas de experiência podem ser reconhecidos como conhecimento válido, mantendo epistemologias negras, indígenas e afro-diaspóricas em posições subalternizadas. Nesse contexto, as ações afirmativas não enfrentam apenas desigualdades educacionais, mas também os mecanismos que sustentam a centralização eurocêntrica da produção do saber. Compreendê-las como instrumentos de transformação institucional implica reconhecer sua capacidade de tensionar as bases coloniais que historicamente organizaram a universidade brasileira.

## 2.2 A presença negra como ruptura epistemológica

A entrada de estudantes negros na universidade, via ações afirmativas, não é uma mera correção estatística: ela representa uma ruptura na composição epistêmica da instituição. Fanon (2008) já havia anunciado que a subjetividade negra carrega uma inscrição histórica específica, marcada pela violência colonial, mas também por uma potência de reinvenção.

Estudantes negros introduzem no espaço universitário outras formas de memória, outras cosmologias, diferentes linguagens e modos específicos de experienciar o mundo. Suas trajetórias são atravessadas por experiências históricas marcadas pela diáspora, pelo racismo e pela resistência, o que produz formas particulares de leitura da realidade. Essas presenças desestabilizam a homogeneidade epistêmica tradicionalmente associada à universidade e ampliam os horizontes da produção científica, tornando possível a emergência de racionalidades afro-diaspóricas historicamente silenciadas.

Isso significa que sua presença desestabiliza as formas tradicionais de produção de conhecimento e reabre o campo epistemológico para outras racionalidades. Além disso, a presença negra na universidade produz uma reorganização sensível das relações acadêmicas. Quando estudantes negros se tornam pesquisadores e produtores de saber, questionam não apenas o conteúdo dos currículos, mas também os modos como o conhecimento é construído, compartilhado e legitimado. Essa ruptura é também afetiva: a experiência negra, marcada pela diáspora e pela resistência, introduz no espaço universitário uma dimensão emocional e histórica que desestabiliza a pretensa neutralidade científica. Como argumenta Kilomba (2019), o corpo negro carrega memórias silenciadas que, ao emergirem na pesquisa, introduzem uma política da verdade que é, simultaneamente, epistêmica e existencial. Assim, a presença negra amplia as fronteiras do possível na universidade, reconfigurando não só o que se estuda, mas também como e a partir de onde se produz conhecimento.

## 3. EPISTEMOLOGIA NAGÔ: FUNDAMENTOS PARA UMA TEORIA DE JUSTIÇA EPISTÊMICA

### 3.1. Arkhé: origem como fundamento e movimento

A Arkhé, no pensamento nagô, não corresponde apenas à ideia de origem enquanto ponto inicial ou fundamento abstrato da existência. Em Muniz Sodré, a Arkhé aparece como princípio cosmológico vivo e dinâmico, responsável por organizar as relações entre ancestralidade, comunidade, corpo e memória. Diferentemente da tradição metafísica ocidental, que frequentemente compreende a origem como categoria distante e fixa, a epistemologia nagô concebe a Arkhé como força continuamente atualizada nas práticas coletivas, nos rituais, na oralidade e na experiência comunitária. Trata-se de um princípio que não permanece restrito ao passado, mas atravessa permanentemente a existência e reorganiza a vida social no presente.

Nesse contexto, o conhecimento não emerge de um sujeito isolado nem de uma racionalidade puramente abstrata, mas das relações estabelecidas entre território, ancestralidade, corporeidade e comunidade. A epistemologia nagô compreende a produção do saber como experiência relacional e histórica, profundamente vinculada às memórias coletivas e às formas de pertencimento construídas no interior da comunidade. A Arkhé torna-se, assim, fundamento de uma concepção de conhecimento que rompe com a lógica individualista e linear característica da modernidade ocidental.

A temporalidade nagô também desafia a concepção moderna de tempo baseada na separação rígida entre passado, presente e futuro e na ideia de progresso contínuo. Na cosmologia nagô, a ancestralidade permanece viva e atuante, participando continuamente da organização da experiência coletiva. O passado não é concebido como realidade encerrada, mas como presença que atravessa o presente e orienta a construção do futuro. A memória ancestral constitui, portanto, elemento ativo na produção das formas de existência e das relações comunitárias.

Essa compreensão possui importantes implicações para pensar as ações afirmativas no contexto universitário brasileiro. Mais do que políticas institucionais de inclusão, as ações afirmativas podem ser entendidas como práticas de reconstrução histórica diante das rupturas produzidas pelo colonialismo, pela escravidão e pelo epistemicídio. A presença negra na universidade reativa memórias historicamente interrompidas, reinscreve formas de pertencimento negadas pelo racismo estrutural e amplia as possibilidades de produção do conhecimento a partir de experiências afro-diaspóricas historicamente marginalizadas. Desse modo, a epistemologia nagô permite compreender que as disputas em torno das ações afirmativas envolvem não apenas acesso institucional, mas também reconhecimento histórico, memória coletiva e legitimidade epistemológica.

### **3.2. Corpo: sede de conhecimento**

Ao contrário das tradições dualistas que marcaram grande parte do pensamento ocidental moderno, a epistemologia nagô não estabelece separação rígida entre corpo e conhecimento. O corpo não é concebido como mero suporte biológico da mente nem como dimensão secundária da experiência humana, mas como espaço ativo de produção do saber, de elaboração da memória e de conexão com a ancestralidade. Na cosmologia nagô, conhecer implica experimentar, sentir, viver e partilhar corporalmente o mundo, de modo que a corporeidade se torna dimensão constitutiva da existência e da construção do conhecimento.

Como argumenta Muniz Sodré em *Pensar Nagô*, a experiência negra afro-diaspórica organiza-se a partir de uma lógica relacional em que corpo, ritualidade, linguagem e ancestralidade permanecem profundamente articulados. O corpo carrega memórias históricas, experiências coletivas e formas de pertencimento que não podem ser reduzidas aos modelos abstratos de racionalidade produzidos pela modernidade ocidental. Portanto, a corporeidade não se opõe ao pensamento; ela constitui condição fundamental da própria experiência cognitiva e social.

Essa perspectiva aproxima-se das reflexões de Oyèrónké Oyěwùmí, que demonstra como determinadas cosmologias africanas compreendem o corpo de maneira relacional e comunitária, recusando as separações rígidas entre sujeito, experiência e mundo social produzidas pelo pensamento ocidental moderno. Também dialoga com Maurice Merleau-Ponty, para quem a corporeidade constitui condição da percepção e do próprio pensamento, evidenciando que a experiência humana é sempre situada e encarnada.

No contexto universitário, essa compreensão permite reconhecer que a entrada de estudantes negros não representa apenas diversidade demográfica, mas também a presença de experiências históricas e formas de conhecimento que foram sistematicamente marginalizadas pelo racismo estrutural. Durante séculos, o corpo negro foi associado à violência, à irracionalidade ou à ausência de intelectualidade, sendo frequentemente reduzido à condição de objeto racializado. A presença negra na universidade desafia essa lógica histórica ao reinscrever o corpo como espaço legítimo de produção do conhecimento, da memória e da experiência intelectual.

As ações afirmativas tornam possível a emergência de perspectivas que ampliam os limites tradicionais da produção científica e questionam concepções universalizantes de racionalidade. O corpo negro deixa de ocupar exclusivamente o lugar da exclusão ou da objetificação e passa a ser reconhecido como produtor de saber, experiência e elaboração teórica dentro do espaço acadêmico.

### **3.3. Iwa: ética do caráter como fundamento epistemológico**

O conceito de iwa, frequentemente traduzido como caráter, ocupa lugar fundamental na epistemologia nagô ao articular ética, existência e produção do conhecimento. No pensamento nagô, o caráter não corresponde apenas a uma dimensão moral individual, mas expressa a forma como o sujeito se relaciona com a comunidade, com a ancestralidade e com a continuidade da vida. A construção do iwa envolve responsabilidade, equilíbrio e compromisso coletivo, constituindo um princípio orientador da experiência humana e das formas de convivência social.

Na tradição nagô, o destino (ayanmo) não é compreendido como trajetória rigidamente determinada, mas como possibilidade continuamente atravessada pela qualidade das relações éticas construídas ao longo da existência. O conhecimento, nesse contexto, não pode ser separado da experiência vivida nem reduzido a uma atividade puramente racional ou abstrata. Saber e existência permanecem profundamente vinculados, de modo que a produção do conhecimento envolve também responsabilidade ética diante da comunidade e da ancestralidade.

Como argumenta Muniz Sodré em *Pensar Nagô*, a experiência nagô organiza-se a partir de uma lógica relacional na qual ética, corpo e pertencimento coletivo constituem dimensões inseparáveis da vida social. O iwa expressa, assim, uma concepção de existência fundada na responsabilidade compartilhada e no reconhecimento da interdependência entre os sujeitos. Diferentemente das perspectivas individualistas predominantes na racionalidade ocidental moderna, a ética nagô compreende o sujeito como parte de uma rede comunitária de vínculos, memórias e responsabilidades.

Essa perspectiva oferece uma importante contribuição para pensar as ações afirmativas para além de sua dimensão jurídico-administrativa. Nessa chave interpretativa, políticas afirmativas podem ser compreendidas como formas de reconhecimento ético e histórico diante das desigualdades produzidas pelo racismo estrutural e pelo epistemicídio colonial. A exclusão da população negra dos espaços de produção do conhecimento não constituiu apenas privação material, mas também negação sistemática de dignidade, pertencimento e reconhecimento intelectual.

As ações afirmativas tornam-se, portanto, mecanismos de reparação histórica e de reconstrução das condições de existência de sujeitos historicamente marginalizados pela universidade brasileira. Mais do que ampliar o acesso ao ensino superior, essas políticas afirmam o direito de diferentes sujeitos produzirem conhecimento a partir de suas próprias experiências históricas, culturais e comunitárias, reconhecendo a pluralidade de formas legítimas de existência e elaboração do saber.

### **3.4. Egbé: comunidade como lugar de produção de conhecimento**

O conceito de egbé ocupa posição central na epistemologia nagô ao expressar a dimensão comunitária da existência e da produção do conhecimento. Mais do que uma simples noção de coletividade, o egbé corresponde ao conjunto de vínculos que sustentam a vida social, espiritual e simbólica dos sujeitos. No pensamento nagô, o indivíduo não existe de maneira isolada, mas se constitui continuamente nas relações que estabelece com a ancestralidade, com a comunidade e com

o território. O conhecimento, portanto, não é concebido como resultado exclusivo de uma elaboração individual, mas como experiência compartilhada que emerge das práticas coletivas, da memória ancestral e da circulação comunitária do saber.

Como argumenta Muniz Sodré em *Pensar Nagô*, a experiência nagô estrutura-se a partir da vincularidade, isto é, de formas de relação que articulam corpo, linguagem, ritualidade e pertencimento comunitário. Nesse contexto, o egbé constitui um espaço de reconhecimento mútuo e de produção coletiva da existência, no qual saber e vida permanecem profundamente articulados. A comunidade não aparece apenas como espaço de convivência, mas como fundamento ético e simbólico da própria experiência humana.

Essa compreensão oferece uma importante chave de leitura para pensar as políticas de permanência estudantil no contexto das ações afirmativas. Estudantes negros, indígenas e quilombolas não enfrentam apenas dificuldades econômicas para permanecer na universidade, mas também processos de isolamento simbólico, racialização e não pertencimento produzidos por estruturas acadêmicas historicamente excludentes. Assim, políticas de permanência não podem limitar-se à concessão de bolsas ou auxílios financeiros; elas exigem a construção de redes de apoio, reconhecimento e cuidado coletivo capazes de enfrentar os efeitos subjetivos e institucionais do racismo acadêmico.

A epistemologia nagô permite compreender que a permanência universitária também depende da construção de vínculos comunitários que fortaleçam formas coletivas de existência e produção do conhecimento. Coletivos negros, grupos de estudo, espaços culturais e redes de solidariedade tornam-se, assim, fundamentais para a sustentação da trajetória acadêmica de sujeitos historicamente marginalizados. O egbé evidencia que o conhecimento se produz nas relações e que a democratização da universidade exige não apenas ampliação do acesso, mas também condições efetivas de pertencimento e reconhecimento dentro do espaço acadêmico.

## **4. AÇÕES AFIRMATIVAS COMO JUSTIÇA EPISTÊMICA**

### **4.1. Da inclusão formal à ampliação dos limites da universidade**

Grande parte das críticas às ações afirmativas reduz o debate à questão do acesso ao ensino superior. Contudo, o ingresso de estudantes negros, indígenas e quilombolas produz efeitos que ultrapassam a dimensão estatística da inclusão. As ações afirmativas ampliam os limites históricos da universidade ao introduzir sujeitos, experiências e formas de conhecimento sistematicamente excluídas pelo colonialismo e pelo racismo estrutural.

Nesse contexto, a universidade deixa de operar exclusivamente a partir de referenciais eurocentrados e passa a conviver com outras formas de interpretar o mundo, elaborar perguntas e construir conhecimento. A presença negra no ensino superior modifica não apenas a composição social da instituição, mas também os debates sobre legitimidade científica, currículo e produção intelectual.

Como argumenta Carneiro (2005), o racismo não atua apenas por meio da exclusão material, mas também através da produção sistemática de invisibilidade intelectual. O epistemicídio opera justamente ao negar reconhecimento a saberes negros, indígenas e afro-diaspóricos, reduzindo-os à condição de conhecimentos "não científicos", "locais" ou "culturais". Nesse sentido, as ações afirmativas tornam possível a ampliação do campo acadêmico ao inserir experiências historicamente silenciadas no interior da produção universitária.

A entrada de estudantes negros nas universidades federais, especialmente após a Lei nº 12.711/2012 e sua atualização pela Lei nº 14.723/2023, introduz novas perspectivas de pesquisa, outras experiências sociais e diferentes formas de elaboração teórica. Essas presenças ampliam os horizontes da universidade brasileira ao questionarem a centralidade exclusiva da racionalidade ocidental moderna como parâmetro universal de conhecimento.

Como destaca Muniz Sodré em *Pensar Nagô*, epistemologias africanas organizam-se a partir de uma lógica relacional que articula corpo, ancestralidade, comunidade e experiência coletiva. Essa perspectiva confronta modelos abstratos e dualistas historicamente predominantes na universidade moderna e evidencia que a produção do conhecimento está sempre vinculada a experiências históricas concretas.

As ações afirmativas não devem ser compreendidas, portanto, apenas como políticas de inclusão social, mas também como mecanismos de ampliação democrática da produção do saber. Ao possibilitarem maior diversidade de experiências e perspectivas no interior da universidade, essas políticas contribuem para tornar o espaço acadêmico mais plural e mais sensível à complexidade histórica da sociedade brasileira.

#### **4.2. Epistemicídio e reparação histórica**

O conceito de epistemicídio, formulado por Sueli Carneiro (2005), é central para compreender a relação entre ações afirmativas e justiça cognitiva. O epistemicídio corresponde à destruição sistemática de formas de conhecimento, memórias, cosmologias e experiências produzidas por grupos historicamente subalternizados. No contexto brasileiro, esse processo manifestou-se tanto pela exclusão da população negra dos espaços formais de educação quanto pela deslegitimação de saberes africanos e afro-diaspóricos.

A colonialidade do saber produziu uma estrutura acadêmica na qual determinadas formas de conhecimento passaram a ser reconhecidas como universais, enquanto outras foram classificadas como irracionais, folclóricas ou insuficientemente científicas. Formas de saber vinculadas à oralidade, à ancestralidade, à ritualidade e à experiência comunitária permaneceram historicamente marginalizadas pelos critérios tradicionais de validação universitária.

Nesse cenário, as ações afirmativas constituem práticas de reparação histórica porque ampliam as possibilidades de participação de sujeitos historicamente excluídos da produção intelectual. Mais do que garantir acesso institucional, essas políticas favorecem a circulação de outras experiências sociais e contribuem para ampliar os referenciais teóricos e metodológicos presentes na universidade brasileira.

A epistemologia nagô oferece importante contribuição para esse debate ao afirmar a centralidade do corpo, da ancestralidade e da comunidade na produção do conhecimento. Ao reconhecer essas dimensões como legítimas, o pensamento nagô confronta diretamente as lógicas coloniais que historicamente separaram razão e corpo, ciência e experiência, sujeito e comunidade.

As ações afirmativas podem ser compreendidas, assim, como mecanismos de enfrentamento ao epistemicídio, pois ampliam o reconhecimento de formas plurais de conhecimento e fortalecem a democratização da produção científica no espaço universitário.

### **4.3. Universidade e formas de existência**

A presença negra na universidade produz efeitos que ultrapassam o campo institucional e atingem as formas de pertencimento e experiência dentro do espaço acadêmico. Durante séculos, a universidade brasileira foi estruturada a partir de padrões de branquitude que definiam não apenas quem poderia acessar o ensino superior, mas também quais experiências seriam reconhecidas como legítimas naquele espaço.

Como demonstra Fanon (2008), o corpo negro, ao ocupar territórios historicamente organizados para a exclusão racial, evidencia tensões que atravessam as relações sociais e institucionais. A entrada de estudantes negros no ensino superior altera as dinâmicas acadêmicas ao ampliar os sujeitos reconhecidos como pesquisadores, intelectuais e produtores de conhecimento.

Esse processo também modifica as formas de pertencimento universitário. Estudantes negros deixam de ocupar exclusivamente a posição de objeto de estudo e passam a construir pesquisas, teorias e interpretações sobre suas próprias experiências históricas. A universidade torna-se, assim, espaço de elaboração intelectual atravessado por memórias, ancestralidades e experiências que permaneceram historicamente invisibilizadas.

Nesse contexto, as ações afirmativas não apenas ampliam o acesso ao ensino superior, mas contribuem para redefinir os sentidos da experiência universitária. Ao possibilitarem maior pluralidade de trajetórias e perspectivas, essas políticas fortalecem formas mais democráticas de convivência, pesquisa e produção do conhecimento.

## **5. A EPISTEMOLOGIA NAGÔ COMO FUNDAMENTO DE UMA UNIVERSIDADE DECOLONIAL**

### **5.1. Reconstrução da origem**

A epistemologia nagô, ao afirmar a Arkhé como origem viva e fundamento da existência, oferece um caminho privilegiado para compreender ações afirmativas como práticas de reconstrução do que foi destruído pela escravidão e pelo colonialismo. Para Sodré, a Arkhé — atualizada no axé, no axexê, no orixá e no egbé — não é passado, mas princípio que sustenta a continuidade da vida.

Ações afirmativas criam espaço para que essa origem, interdita pelo epistemicídio, seja retomada, não como folclore, mas como princípio epistêmico. Assim, estudantes negros reconstróem vínculos identitários, cosmológicos e territoriais perdidos pela violência colonial. Essa reconstrução é, simultaneamente, pedagógica, política, epistêmica e ontológica.

### **5.2. Centralidade do corpo negro como produtor de saber**

No pensamento nagô, o corpo não é recipiente da mente, mas fonte ativa de conhecimento — uma “inteligência corporificada”, como afirma Sodré (2017). Essa concepção confronta séculos de deslegitimação do corpo negro como espaço cognitivo, historicamente reduzido à força de trabalho, ao exotismo ou à condição de objeto racializado. Em oposição ao dualismo ocidental que separa corpo e razão, a epistemologia nagô compreende a corporeidade como dimensão constitutiva da experiência e da produção do saber.

Uma universidade decolonial precisa reconhecer que o conhecimento não se limita ao racionalismo abstrato nem aos modelos tradicionais de cientificidade construídos pela modernidade europeia. O

corpo negro, atravessado por memórias ancestrais, territorialidades e experiências históricas específicas, produz formas legítimas de leitura do mundo e elaboração teórica. Nesse sentido, as ações afirmativas tornam possível a emergência de epistemologias que ampliam os métodos científicos tradicionais, desestabilizam perspectivas dualistas e reinscrevem o corpo como fundamento legítimo da pesquisa e da produção de conhecimento.

### **5.3. Comunidade e pertencimento como política de permanência**

A noção de *egbé* (comunidade) ocupa lugar central na epistemologia *nagô* ao afirmar que o sujeito não existe de maneira isolada, mas se constitui continuamente na relação com outros corpos, ancestralidades e forças coletivas. O conhecimento, nessa perspectiva, não é individualista nem competitivo; ele emerge do vínculo, da partilha e da experiência comunitária.

Aplicada ao contexto universitário, essa concepção permite compreender que políticas afirmativas não podem restringir-se ao acesso institucional. A permanência estudantil depende da construção de redes de cuidado, acolhimento e pertencimento capazes de enfrentar os efeitos subjetivos e estruturais do racismo acadêmico. Coletivos negros, grupos de estudo, mentorias e espaços culturais tornam-se, assim, fundamentais para a sustentação da trajetória universitária de estudantes historicamente excluídos. A epistemologia *nagô* evidencia que a produção do conhecimento é sempre relacional e comunitária; por isso, a presença negra só pode se consolidar plenamente quando a universidade também se transforma em espaço de reconhecimento, solidariedade e construção coletiva da existência.

### **5.4. Ética da vida e responsabilidade institucional**

O *iwa* (caráter) constitui o princípio ético fundamental do pensamento *nagô*. Em Sodré (2017), o caráter não se restringe a uma dimensão moral individual, mas expressa a forma como o sujeito se relaciona com a comunidade, com a ancestralidade e com a própria continuidade da vida. O destino, nessa perspectiva, não é entendido como trajetória puramente individual, mas como construção coletiva atravessada por responsabilidades compartilhadas. Assim, ética e existência tornam-se inseparáveis.

Aplicado ao debate sobre ações afirmativas, o conceito de *iwa* permite compreender que políticas de inclusão não devem ser tratadas como concessões institucionais ou medidas assistencialistas, mas como dever ético das universidades diante das desigualdades históricas produzidas pelo racismo estrutural. A universidade brasileira participou ativamente da exclusão de populações negras dos espaços de produção de conhecimento e, por isso, possui responsabilidade histórica na construção de mecanismos de reparação.

Nesse sentido, ações afirmativas representam a expressão institucional de um compromisso ético com a justiça social, com a dignidade humana e com a democratização do saber. Mais do que ampliar o acesso ao ensino superior, essas políticas tensionam a própria estrutura universitária e exigem que a instituição reconheça os limites de sua formação colonial e eurocentrada. Universidades que implementam e fortalecem ações afirmativas aproximam-se, portanto, de uma ética da vida que se opõe frontalmente às lógicas excludentes da colonialidade, afirmando o reconhecimento da diferença como fundamento legítimo da produção científica e da convivência democrática.

## 6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A epistemologia nagô oferece uma perspectiva filosófica potente para repensar o significado das ações afirmativas no Brasil contemporâneo. Diferentemente das abordagens estritamente jurídicas ou administrativas, que frequentemente reduzem essas políticas a mecanismos de inclusão estatística, a perspectiva nagô permite compreendê-las em sua dimensão ética, histórica e existencial. O debate sobre ações afirmativas deixa de se restringir ao acesso ao ensino superior e passa a envolver disputas em torno dos modos de produção do conhecimento, das formas de pertencimento reconhecidas pela universidade e das experiências consideradas legítimas no espaço acadêmico.

Ao compreender a Arkhé como princípio originário que articula ancestralidade, comunidade e memória, o pensamento nagô evidencia que as ações afirmativas também operam como práticas de reconstrução histórica diante das rupturas produzidas pelo colonialismo, pela escravidão e pelo epistemicídio. A presença negra na universidade não representa apenas ocupação institucional; ela reinscreve experiências historicamente silenciadas e reposiciona sujeitos negros como produtores legítimos de conhecimento. A ancestralidade deixa de ocupar um lugar meramente simbólico e passa a constituir fundamento ativo na elaboração de outras formas de interpretar o mundo e produzir saber.

As ações afirmativas podem ser compreendidas, portanto, como práticas de justiça cognitiva, na medida em que enfrentam formas históricas de exclusão e contestam a hierarquização colonial dos saberes. Como demonstram Carneiro (2005) e Quijano (2005), a colonialidade do saber instituiu uma estrutura acadêmica que universalizou a racionalidade ocidental branca e masculina, relegando conhecimentos negros, indígenas e afro-diaspóricos a posições subalternizadas. Ao afirmar a centralidade do corpo, da ancestralidade, da ética e da comunidade, a epistemologia nagô confronta diretamente essa lógica e amplia as possibilidades de produção científica dentro da universidade brasileira.

A incorporação de perspectivas historicamente marginalizadas transforma não apenas os sujeitos que ingressam na universidade, mas também os próprios fundamentos institucionais que organizam o conhecimento. As ações afirmativas impactam currículos, métodos de pesquisa, critérios de legitimidade científica e relações de poder consolidadas ao longo da formação universitária brasileira. Mais do que políticas de inclusão, elas constituem mecanismos de reparação histórica e de ampliação democrática da produção do saber.

Além disso, essas políticas produzem transformações profundas nas formas de pertencimento e na experiência universitária de sujeitos historicamente excluídos do ensino superior. A construção de trajetórias acadêmicas vinculadas à memória, ao território, à ancestralidade e à coletividade rompe com modelos assimilacionistas e amplia as possibilidades de existência dentro da universidade. Democratizar o acesso ao ensino superior implica também democratizar os modos de produzir conhecimento e reconhecer diferentes experiências como legítimas no espaço acadêmico.

A universidade brasileira somente poderá constituir-se como espaço efetivamente democrático quando reconhecer que o conhecimento não é neutro nem universal, mas historicamente situado e atravessado por relações de poder. Superar a colonialidade do saber exige reconhecer a legitimidade de racionalidades historicamente marginalizadas e compreender que a pluralidade de perspectivas não ameaça a produção científica, mas amplia suas possibilidades críticas e interpretativas.

Por fim, a epistemologia nagô, ao reunir Arkhé, corpo, ancestralidade, ética e comunidade, oferece um horizonte crítico alternativo às formas coloniais de organização do conhecimento. Sua presença na universidade, fortalecida pelas ações afirmativas, aponta para a construção de uma instituição mais plural, democrática e comprometida com diferentes modos de existir, aprender e produzir mundos.

## 7. REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012.** Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 29 ago. 2012. Disponível em:

[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2012/lei/l12711.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12711.htm) Acesso em: 09 dez. 2025

BRASIL. **Lei nº 14.723, de 13 de novembro de 2023.** Altera a Lei nº 12.711/2012, aperfeiçoando o sistema de cotas para ingresso nas instituições federais de ensino superior e técnico. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 13 nov. 2023. Disponível em:

[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2023-2026/2023/lei/l14723.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2023/lei/l14723.htm) Acesso em: 09 dez. 2025.

CARNEIRO, Sueli. **A construção do outro como não ser como fundamento do ser.** 2005. Tese (Doutorado em Educação) — Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

FRICKER, Miranda. **Epistemic Injustice: Power and the Ethics of Knowing.** Oxford: Oxford University Press, 2007.

FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas.** Tradução de Renato da Silveira. Salvador: EDUFBA, 2008.

GROSGOUEL, Ramón. A estrutura do conhecimento nas universidades ocidentalizadas: racismo/sexismo epistêmico e os quatro genocídios/epistemicídios do longo século XVI. **Sociedade e Estado**, v. 31, n. 1, p. 25-49, 2016.

KILOMBA, Grada. **Memórias da Plantação: episódios de racismo cotidiano.** Tradução: Jess Oliveira. 2. ed. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

MALDONADO-TORRES, Nelson. **On the Coloniality of Being.** Cultural Studies, v. 21, n. 2-3, p. 240-270, 2007.

MBEMBE, Achille. **Crítica da razão negra.** São Paulo: n-1 edições, 2018.

MIGNOLO, Walter. **Desobediência epistêmica: a opção descolonial e o significado da identidade em política.** Buenos Aires: Ediciones del Signo, 2008.

MUNANGA, Kabengele. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra.** Petrópolis: Vozes, 1999.

OYĒWÙMÍ, Oyèrónké. **The Invention of Women: Making an African Sense of Western Gender Discourses.** Minneapolis: University of Minnesota Press, 1997.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo (org.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais.** Buenos Aires: CLACSO, 2005. p. 107-130.

**Submissão: 08/03/2026**

**Aceito: 26/05/2026**